

HISTORIADORES DO SÉCULO XX

ANNIBAL FREIRE DA FONSECA

(Aula proferida no curso de Historiografia, na Academia Brasileira de Letras).

Assaltou-me de início a hesitação no critério a adotar na explanação do assunto contido nesta parte do programa, atendendo obviamente aos limites do tempo.

A matéria teria de ser versada em torno de considerações gerais ou haveria de se adstringir à tarefa de enumeração de nomes? A visão panorâmica corria o risco de afetar o caráter objetivo da lição a ser ministrada e colidiria decerto com o fecho do curso, nos termos em que está ele apresentado. Além disto, não ficaria bem caracterizada a atuação dos que encheram metade deste século com a projeção de suas luzes no domínio da história pátria.

Pelo aspecto subjetivo, as dificuldades não seriam menores. Os gêneros literários de ficção revelam tendências, emolduram-se em cânones, que os seus seguidores observam com a fascinação que todos os credos inspiram. Os agrupamentos que se formam em redor dessa forma de expressão intelectual inspiram-se num espírito de religiosidade, que escapa ao raciocínio e à razão. A história não tem a mesma flexibilidade nem vai encontrar as suas nascentes em fórmulas de arte. É verdade que Toynbee, que imprime à filosofia da história vigoroso impulso, irmana a história ao drama e ao romance, todos filhos da mitologia, "forma primitiva de compreensão e de impressão onde — como nos contos de fadas para crianças ou nos sonhos dos adultos sofisticados — a demarcação entre o real e o ima-

ginativo é nitidamente traçada". É, decerto, afoiteza a restrição a conceito de tão alta autoridade. Mas a história tem outra feição. Pode variar o estilo do escritor; pode diferenciar-se a interpretação dos fatos históricos, mas a verdade, de que a história deve ser a expressão, tem de se firmar. A faculdade de conjecturar não se identifica com a imaginação. Se ela não emana da observação, é pura fantasia.

Em livro recente e de referência a um processo de ordem literária, Maurice Garçon, notável advogado, membro da Academia Francesa, observou: — "O papel da imaginação, tão grande na obra romanesca, deve estar ausente na do puro historiador, anotador imparcial dos fatos precisos e exclusivos de toda fantasia pessoal".

O mérito do historiador sobressai na significação que ele possa dar ao documento, base de suas assertivas. O Professor Galbraith, de Cambridge, resumiu a controvérsia: "a história é o passado na medida em que podemos conhecê-lo".

Não nos passa despercebida a revolução coperciana, de que nos fala Lord Acton. Nas suas hostes vamos encontrar os representantes do novo espírito histórico, os Croce, os Meinecke, os Collingwood. Mas eles mesmos divergem na demarcação das fronteiras desse pensamento. Devemos reverenciar nêle a preocupação, em benefício da cultura, de assimilar os ensinamentos da sociologia, em conexão com os problemas históricos. Uma disciplina serve inquestionavelmente à outra, sem absorvê-la, porém, ou diminuir-lhe o conteúdo. Neste

particular, não podemos deixar de exaltar a contribuição que para o estudo da história prestam os nossos sociólogos, a começar do insigne Oliveira Viana até o Sr. Sérgio Buarque de Holanda, tendo ao centro a figura prestigiosa do Sr. Gilberto Freyre.

No seguimento desta palestra, veremos como os nossos historiadores, mesmo os mais modernos, não quebraram, com arremessos vãos, a construção histórica.

No campo da história o Século XX abre-se no Brasil com um clarão: *Os Sertões* (1902). O seu autor, Euclides da Cunha (1866-1909). O livro, cume imponente, de cujas alturas se tem uma visão infinita dos entes humanos e das coisas.

Na modorra dos dias que passavam, o aparecimento do livro causou sensação que não se repetiu. A sensibilidade do público foi tocada de maneira inédita. Os círculos pensantes, agitaram-se entre emoções e aplausos. Havia razão para esse frêmito de espanto, de admiração atônita? A posteridade o está confirmando, na duradora consagração da obra.

O poder descritivo assumiu nela formas empolgantes. A força do vocabulário revelou-se com tal destreza que importou numa renovação de estilo surpreendente.

A substância intelectual não encerrava novidade: a visão do meio em que os acontecimentos se produziam. Mas o dom de penetração do sociólogo se condensou em fórmulas tão vigorosas que se tinha forçosamente de chegar à conclusão de que a obra era coisa nova, altamente sugestiva e irradiante.

Nos comentários sobre *Os Sertões*, logo após o aparecimento do livro, José Veríssimo, fino e cauteloso, não se deixa arrastar por entusiasmo. Qualifica o estilo do autor de "enfático, abstrato, mas que é naturalmente o seu e não uma postura". Reconhece no escritor "espírito culto, técnico, avisado, conhecedor seguro da terra e da gente, cujos aspectos e feitos re-

conta", enfim "o historiador moralista".

Outro notável crítico, de agudeza intelectual e ao mesmo tempo de graça, Araripe Júnior, ao receber Afrânio Peixoto nesta Casa, expande-se em conceitos inflamados sobre a obra de Euclides da Cunha.

Vieram depois *Contrastes e Confrontos* (1907), e *A Margem da História* (1909), editados no Porto. Os dois pequenos volumes nada acrescentam à glória de Euclides da Cunha. O assunto do último capítulo do segundo livro da Independência à República é versado em estilo diverso. Reconstituição em rápidos traços de acontecimentos ocorridos no espaço de mais de sessenta anos, tem o valor de uma síntese feita por mãos peritas.

Na vida torturada que o consumia, avizinhandose da morte, ainda cuidava Euclides da Cunha da revisão das provas do livro e escrevia a 25 de julho de 1909 a seu editor (a 15 de agosto tombava sob as balas assassinas): "a nova grafia da Academia continua a perturbar-me grandemente na revisão; devo adotá-la por coerência. As minhas próprias cartas denotam esta desordem gráfica. Em geral, obedeço por hábito. É feição antiga".

O cadete insubmisso da Escola Militar da Praia Vermelha rendia-se aos ditames da Companhia, que o acolhera.

Rocha Pombo (1847-1933) iniciou-se nas letras com romances. Passou a estudar problemas de educação e de lingüística. Compôs depois uma série de histórias estaduais, que compreende os Estados de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Norte. Fixando-se na Capital da República, empreendeu a publicação da *História do Brasil*. Nela trabalhou durante doze anos. O primeiro volume é de abril de 1905 e o décimo e último volume apareceu em 1917.

Em Rocha Pombo o material é imenso, mas desprovido de fundo cultural. Antes expositor do que homem de pensamento com idéias

próprias. O afã no labor redime em parte as deficiências da obra.

Rodolfo Garcia, que o substituiu nesta Casa, salienta a vastidão da obra, pela superfície imensa que cobriu, e resume singelamente o seu conceito: "Rocha Pombo fez o que foi possível fazer".

José Veríssimo, com a agudeza habitual, ao analisar, no *Hospício*, romance de questão social, aparecido em 1905, antevia o horizonte mental em que se teria de desenvolver o autor: "Raro gênero literário não terá ensaiado, sem em nenhum dar uma nota pessoal, que lhe indique a relação ou lhe distinga a individualidade".

O julgamento de Rocha Pombo tem-se de fazer não à luz de encomios, que seriam iniludivelmente insinceros, nem à maneira malevolente de Capistrano de Abreu, para quem o "obrao teria mais de dez volumes, se o editor, que pagava por linha ou página, não se lembrasse do birgiliano: jan satis prata hiberunt".

Devemos respeitar em Rocha Pombo um obreiro tenaz e esforçado da nossa historiografia.

Manoel de Oliveira Lima (1837-1928) é sem contestação uma das figuras mais altas da intelectualidade brasileira, pela uniformidade das diretrizes literárias, pelo vigor e sobriedade do estilo, pela independência das opiniões. Diplomata, com o manejo próprio dos assuntos concernentes à carreira, memorialista, escritor de impressões de viagem, colaborador assíduo de jornais, versando os mais variados temas, é, entretanto, como historiador que ele sobressai no cenário mental do país. Desde muito cedo a sua vocação para inquiridor de matérias históricas se manifestara. No discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras, logo no início narra que "quando muito novo ainda estudava paleografia na torre do Tombo de Lisboa e costumava ainda esquadrihar nos maços de papéis bolorentos de caracteres semiapagados, debaixo da poeira dos séculos, algum documento". Tinha por mestre nessa ocasião

José Bastos, um dos auxiliares de Herculano nos *Portugalia Monumenta Histórica*.

Ingressando na carreira diplomática, ainda lhe sobrava tempo para os estudos de sua predileção. O seu primeiro trabalho de relevo na história é *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* (1894). O mômco de 23 anos sagrava-se historiador e a auréola, iniciada com tão fagueiras perspectivas, não se ensombraria até a morte.

Verifica-se no livro um dos rumos certos da atividade intelectual de Oliveira Lima: a conexão dos fatos históricos com os reflexos sociológicos. Essa orientação não sofreu hiatos, desde o primeiro livro até a obra póstuma *Impressões da América Espanhola*.

"Pernambuco e seu desenvolvimento Histórico" valeu-lhe o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Seguiram-se-lhe *Aspecto da Literatura Colonial Brasileira* (1896) e vários outros trabalhos. Desta fase há a destacar o *"Reconhecimento do Império"*, que é mais de história diplomática, mas nem por isso perde o relevo de construção histórica, veraz e definitiva na matéria.

Abrem-se-lhe então as portas da Academia Brasileira e seu discurso de recepção é o *Elogio de Varnhagem* (1903). Confesso sem presunção que dentre os trabalhos de Oliveira Lima é este que mais me seduz. Pela inteireira, em que a altaneria dos conceitos rivaliza com a solidez do raciocínio e a linguagem, sem derivar para panegírico ou para a ênfase nas controvérsias, serve de modelo a quantos aspirem as láureas de historiador.

A ascensão de Oliveira Lima firmou-se com o *"D. João VI no Brasil"* (1908) — 2 volumes. Aí há a assinalar um dos altos predícos do escritor: a reação contra as idéias feitas, cimentadas na preguiça no inquerir. Começou com o livro pujante de Oliveira Lima a reabilitação do monarca, tão injustamente encarado pelos autores. Mas o *"D. João VI no Brasil"* não é apenas uma sentença histórica

irrecorrível. É o painel, em larga dimensão, do Brasil da época. Talvez mesmo um pouco de excesso na ampliação da matéria. Influência provável dos métodos de elocubração de Teófilo Braga, que marcou em muitas páginas do livro o estilo e o tonus mental do historiador brasileiro.

O autor começa com a afirmativa de que a dinastia nacional de D. João VI é o favorito do sentimento público, que o "olha com uma ternura em que entram uma certa dose de reconhecimento, um pouquinho de compaixão e uns toques de proteção".

O livro abrange todos os aspectos da ação e da vida do monarca: estudo sucinto, sem pedanteria, da terra; análise das relações comerciais, para o incremento das quais D. João VI foi fator primordial; análise da situação intelectual.

A parte consagrada às relações diplomáticas é das mais notáveis, pelo cuidado no aproveitamento do material encontrado nos arquivos, bem como pelas deduções que dos fatos o historiador tira. Da isenção do escritor tem-se nítida impressão no tom de independência com que se refere a Portugal, a despeito da atração que desde a mocidade a terra e a gente lusitanas lhe despertam e igualmente no capítulo relativo à revolução de 1817, em que não perpassam quaisquer sombras de bairrismo.

Apesar da extensão e profundidade da obra, Capistrano de Abreu se refere a ela com certo desdém e ainda diz que "depois de D. João VI, o autor melhorou", como se não fôsse ela o ponto culminante da carreira literária de Oliveira Lima. Aliás, Capistrano não fez a crítica da obra, como lhe competia, dadas as restrições que lhe impunha e os reparos acima mencionados constam da sua malsinada "Correspondência". É de irritar a constante acidez com que Capistrano se refere ao seu confrade. Em vez de lhe concretizar defeitos de construção e lapsos de interpretação, diz simplesmente: "o gênero do boju do pernambucano, com suas consi-

derações desencontradas e não raro superficiais, agrada-me pouco".

Surgiram depois "Formation Historique de la Nationalité Brésilienne, série de conferências proferidas na Sorbonne (1911); as anotações à "História da Revolução de Pernambuco de 1817", por Muniz Tavares (1917); "O Movimento da Independência" (1922); "Aspectos da História e da Cultura do Brasil", conferência inaugural da cadeira de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1923); "D. Pedro e D. Miguel" (1925).

Pouco depois de sua morte, foi publicado o "Império Brasileiro" (1822-1889), documento a mais da varonilidade do escritor. A Oliveira Lima acusaram pela imprensa, no parlamento, nos círculos diplomáticos, de sentimentos monárquicos e até de veleidade restauradoras. A increpação não tinha base. Oliveira Lima não teve nem podia ter prisões com o Império e da República nada aproveitou. Mas o seu senso histórico prevaleceu sobre as querelas e as palavras de introdução ao seu último livro merecem atenção, mesmo que elas possam traduzir o transe de um espírito amargurado.

O método era a dominante em Oliveira Lima. Método em tudo, desde o modo de redigir os seus trabalhos, rascunhados a princípio e só depois definitivamente compostos, até em matéria epistolar. O Senhor Mário Melo narra que ele não deixava carta sem resposta e abria com canivete ou tesoura, para não estragar a sobrecarta. Depois de respondida, punha-a em ordem e protocolava a resposta.

Há a assinalar, na fixação de um personagem dessa valia, um traço meritório. Oliveira Lima era propenso a acudir a desafios e mesmo a provocá-los e nestes momentos a sua pena não se embebia em mel. A acidez do comentário excedia por vezes o da divergência.

Mas o homem, que criou na carreira diplomática profundas dissensões, que se indispôs com diretores de jornais nos quais cola-

borava, que afastou as simpatias de notáveis personalidades políticas de seu tempo, que nas suas memórias póstumas foi vingativo e cruel, era nos julgamentos históricos de inquebrantável serenidade e edificante discernimento.

Da sua projeção sobre as gerações contemporâneas basta consignar o zelo com que líderes de correntes de idéias, como o Sr. Gilberto Freyre, procuram perpetuar-lhe a memória e o interesse crescente dos editores pela maior divulgação de sua obra.

De Alfredo de Carvalho (1870-1916), o renome ficou circunscrito a Pernambuco e às regiões vizinhas. Foi ele incontestavelmente um belo espírito, consciencioso e probo.

Culto, viajado, com lazeres bastantes para produzir, entregou-se à tarefa da pesquisa histórica. Começou pela colheita de dados sobre o jornalismo pernambuco, culminando nos *Anais da imprensa periódica pernambucana* (1908). Em 1906 publicou *Frases e Palavras* (problemas histórico-etimológicos) e no mesmo ano *Estudos Pernambucanos*. Em 1930, já morto o autor, o Estado de Pernambuco, sendo governador o inovidável homem público Estácio Coimbra, publicou *Aventuras e aventureiros no Brasil*. Oliveira Lima, com quem Alfredo de Carvalho convivia intimamente em Pernambuco, durante a estada do famoso historiador em sua terra natal, lera os originais do livro e em 1910 assim se manifestava em artigo no *Estado de São Paulo*: "Será este livro a nossa *petite histoire*, a nossa história anedótica, a nossa história dramática, cômica, pitoresca e trágica, considerada nos seus aspectos pessoais, extravagantes, humorísticos e lancinantes".

Eduardo Tavares dirigiu a publicação, na qual se inserem vários estudos, constantes de coleções existentes na Biblioteca Nacional e adquiridas pelo governo federal.

Da Biblioteca Exótica-Brasileira, também publicação póstuma, diri-

gida pelo mesmo Eduardo Tavares, saíram três volumes, abrangendo da letra A à letra M (1929-1930).

Ao serem publicados os *Estudos pernambucanos*, José Veríssimo escreveu longo e substancioso artigo sobre o autor, fazendo-lhe restrições sobre o estilo e não poupando elogio ao seu labor honesto e pro-ficuo.

Capistrano de Abreu, sempre tão ríspido, prezava o contacto com Alfredo de Carvalho e assinala: "Nossa correspondência não se manteve muito tempo; mas nunca diminuíram de minha parte os sentimentos de afeição".

Devem-se a Alfredo de Carvalho excelentes traduções: a do *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais*, de Ambrosio Richshoffer, traduzido do alemão; a de *Olinda conquistada*, de João Baesse; *Diário da expedição de Mathias Reck ao Ceará*, traduzido do holandês. É de ressaltar a tradução do francês das *Notas dominicais*, de Tollemnare, frequentemente citada, sobretudo pelos cronistas da revolução pernambucana de 1817.

Oliveira Lima, que não era pródigo em elogios, assim se referiu a Alfredo de Carvalho: "Os trabalhos do Sr. Alfredo de Carvalho distinguem-se todos, sem exceção, pela probidade e pela exatidão que nela se filia. Têm, por assim dizer, o cunho alemão, que foi o principal na sua formação intelectual.

Alfredo de Carvalho não pertenceu à Academia Brasileira de Letras. Mas neste recinto se ouviram franco louvores ao escritor pernambucano. No seu discurso de recepção, Rodolfo Garcia lembrou que sua admiração por Varnhagem vem de Alfredo de Carvalho: "Foi esse modelar erudito pernambucano quem me chamou a atenção para a *História Geral*". E na resposta do saudoso Afonso Taunay, concordância de opiniões. Depois de deplorar a ausência de Calógeras do nosso grêmio, acrescentou o notável historiador: "Coloca-se hoje a opinião em nossa cadeira, quadragésima primeira, de tôdas a mais glorio-

sa, onde entre os mais recentes titulares incluem-se Alfredo de Carvalho, Alberto Torres e Martim Francisco III.

De um dos membros dessa Academia, e dos mais conspícuos, Clóvis Bevilacqua, recolheu o historiógrafo pernambucano este conceito: "Alfredo de Carvalho não foi somente um investigador tenaz das coisas pernambucanas: era um erudito, conhecia várias línguas e escrevia com muita elegância".

Com Alberto Rangel (1877-1945) defrontamos gênero diverso do que assinala a atividade de outros historiadores. Nenhuma produção de vulto. Trabalhos esparsos, embora alguns de real merecimento. Os assuntos versados em parte de natureza íntima, como os amores dos monarcas, onde sobressaem incidentes que não são de molde a concorrer para definições históricas. A natureza inquieta do escritor não se detém diante de documentos, que, no seu entender, enodam o renome de figuras como Holanda Cavalcanti, Visconde de Albuquerque, que ele qualifica de "reprobo da secessão" ou como o Marquês de Abrantes, pela sua privança com um aventureiro contumaz.

Alberto Rangel havia alcançado grande êxito literário com o *Inferno Verde*, prefaciado por Euclides da Cunha. O seu estilo pomposo, por vezes arrevezado, não indicava que pudessem ser do seu feitio os assuntos históricos. Mas em 1916, publicou *D. Pedro I* e a *Marquesa de Santos* e as ousadias do escritor eram expostas com tanto brilho que desde logo lhe ficou assegurada posição na nossa historiografia. Surgiram mais tarde *Textos e pretextos* (1926). A maior parte do livro é consagrada aos amores de D. Pedro I, reprodução, portanto, do assunto do livro sobre Domitília de Castro.

A sua estada em Paris deu-lhe ensejo de compor o *Gastão de Orleans*, o último Conde d'Eu, somente publicado em 1935. Obra compacta, de farto documentário abrangendo não somente o estudo da fi-

gura do biografado, mas o meio em que ela evoluiu. O Conde d'Eu já havia sido objeto de estudo do Sr. Luiz da Câmara Cascudo e só teve a lucrar com o aparecimento da obra metodizada de Alberto Rangel.

Na ordem cronológica e não na ordem de merecimento vêm depois Trasanteontem, episódios e relatos históricos (1943). Há de tudo no livro, desde os famosos incidentes da instalação da corte de D. João VI no Rio até o marujo Ponthier.

A última obra "*A educação do príncipe*", estudo histórico e crítico sobre o ensino de D. Pedro II (1945). Trabalho consciencioso, sem prevenções nem exageros. O culto à grande figura do monarca brasileiro enobrece o historiógrafo.

Em Afonso Taunay (1876-1958), temos de destacar o mais operoso de nossos historiadores. A sua bibliografia é enorme, comportando todos os setores da história. Ninguém apresentou na especialidade maiores títulos ao respeito e veneração da posteridade. De estirpe aprimorada no trato das letras, guardou até o fim, tanto na mocidade como na velhice tranqüila, sorridente, e mesmo traços de resguardo da verdade, de acatamento às opiniões alheias, de submissão consciente aos preceitos da ética do escritor. Não se encontra em toda sua obra vultuosa uma objurgatória, uma invectiva, um assomo de vaidade. Confiante, sereno, só se rendia ao fato histórico. Não o atraíram outras perspectivas e daí não ter a sua obra o encanto que os trabalhos de outros espalham. Não poderá de certo figurar numa antologia de primores de estilo, mas a sua missão de desvendar os acontecimentos e situá-los em zona inacessível a conjecturas, ele a cumpriu com a fidelidade de um espartano. Mais de cem volumes lhe perpetuarão a memória. Assuntos por vezes áridos. Atalhos e veredas percorridos por um viandante frio, sem exaltações e sem a flama da sensibilidade artística. Mas a seriedade, o recato de não parecer presunçoso em apontar novida-

de, o zelo pela exatidão dos documentários fornecedores de suas afirmações, são as características do método histórico dêsse mestre insigne.

A sua obra abrange a história do Brasil, desde a época colonial até o Segundo Reinado. Trabalhos esparsos, a darem, entretanto, a medida do roteiro do escritor. A sua vinculação a São Paulo tornou-o sem contrastes o pregoeiro da grandeza dos bandeirantes. A sua **História Geral das Bandeiras Paulistas** em onze volumes é a sua obra capital; "história da conquista do Brasil pelos brasileiros" na própria frase do autor, rememorada pelo notável Roquete Pinto, no discurso com que o recebeu na Academia Brasileira.

A última publicação de Afonso Taunay é a **Grande Vida de Fernão Dias Paes** (1955). Já a figura do bravo Governador das Esmeraldas tinha sido objeto de estudos do escritor, nos primeiros tomos da **História das Bandeiras** e no **"Índio! Ouro! Pedras!"** escrito em 1926. O censo de equilíbrio histórico de Taunay levou a aumentar as dimensões do quadro em que se agigantou a ação do bandeirante audaz. Última oferenda votiva a gente de São Paulo pelo restaurador da grandeza dos seus destinos.

Alcântara Machado (1875-1941) refulge na glória dos nossos historiadores como autor de um só livro. Mas que livro!

Professor, orador, publicou em 1929 a **Vida e morte de bandeirante**. O Sr. Múcio Leão, no seu excelente suplemento literário da **MANHÃ — Autores e livros** — até hoje insuperável, dedicou um número ao escritor paulista a respeito daquela obra; qualificou-a de "rara finura, de rara elegância, uma obra prima no gênero". Não há exagero no encômio. O autor consumiu longo tempo na elaboração do trabalho, recolhendo em mais de vinte volumes do Arquivo Público de São Paulo, contendo testamentos e inventários da época, os elementos informativos. Conden-

saram-se as pesquisas em páginas de grande sabor literário. O cuidado da forma, a beleza do estilo não prejudicaram a visão do historiador. Afirma-se esta na segurança dos comentários e as citações dos documentos, que poderiam ser monótonas, revestem-se de colorido e graça.

A dedicatória da obra é expressiva. "Para minha mulher, meus filhos, minha nora, meus netos, paulistas como eu, e os meus antepassados desde Antônio de Oliveira, chegado a São Vicente em 1532".

Essa ênfase na rememoração ancestral criou a legenda dos "paulistas de quatrocentos anos". Felizmente êste entono, manifestação sem dúvida de orgulho, se embebe no amor profundo da terra.

A contribuição de João Pandiá Calógeras (1879-1934) é valiosa. Embora absorvido, ora pelos encargos da administração pública, ora pelas tarefas parlamentares, em que sobressaía pela firmeza de orientação, a sua curiosidade intelectual, que resistia a decepções e às moléstias, abrangeu o setor da história. Diligente, na pesquisa, tinha o cuidado de não se aventurar a afirmações que não fôsem robustecidas pelo documento ou pelo raciocínio.

Até os últimos dias de vida, consagrou-se ao estudo. A sua capacidade de trabalho era imensa. Dela disse Medeiros e Albuquerque, no tom faccioso habitual, "que se o fizessem mestre de bailados do Teatro Municipal ou professor de sânscrito — e êle aceitasse — podia-se estar certo de que desempenharia maravilhosamente essas funções".

Copiosa a sua bibliografia. Nela avulta a **"Política exterior do Império"**, em dois volumes, aparecidos em 1927 e 1928, concernente o primeiro às origens e o segundo ao Primeiro Reinado. Trabalho mais de história diplomática, e seu contexto revela o desconfinado do analista, possuidor de vasta cultura geral. Esse entrosamento dos assuntos históricos com os fatores de várias ordens, que influíram

na nossa nacionalidade, inspirou igualmente a **Formação histórica do Brasil**. O Sr. Gontijo de Carvalho, que mantém o culto desinteressado e nobre de Calógeras, afirma que o original da obra foi redigido em inglês e a versão brasileira apareceu em 1930, data da primeira edição do livro.

É exagero afirmar que ela tenha trazido elementos novos, capazes de modificar o curso dos entendimentos assentes em matéria tão vasta. Mas incontestavelmente é trabalho de metodização, apto a preencher os fins primaciais a que se destinava, e de atender aos desígnios da Escola de Estudos Brasileiros, que, sob os auspícios do glorioso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, se fundou em 1928.

De Calógeras há ainda a mencionar **Res Nostra** (1930), coletânea de estudos sobre vários assuntos, notadamente sobre pontos de nossa história.

Em Tobias Monteiro (1866-1952) deparamos uma das inteligências mais ágeis do cenário intelectual brasileiro. Vocação precoce para as letras. Escolar subvencionado pelo erário de sua província natal, Rio Grande do Norte, devido ao brilho de seus estudos, entre os treze e os quinze anos de idade começou a mourejar no jornalismo, do qual não se afastou, mesmo no período do curso de medicina, que deixou no quarto ano, para se consagrar exclusivamente à atividade para a qual revelava inequívocas aptidões. A sua figura de jornalista merece estudo consciencioso e exato. E, no campo restrito em que me acho colocado, a primeira observação a fazer é que o jornalista político auxiliou bastante o historiador.

O contato com os homens proeminentes de sua época, o conhecimento, pelas naturais facilidades da profissão, de fatos, intuítos e circunstâncias dos movimentos políticos, a acuidade com que sabia penetrar a intenção das pessoas com quem lidava, tudo o inclinava

a se deixar seduzir pelos estudos históricos.

O seu primeiro livro no gênero é o **Pesquisas e depoimentos para a história** (1913). Aí se mostra como o manejo do jornalismo o encaminhou para a história. A origem do livro está na publicação de artigos de jornal, em que o repórter revelava declarações do Visconde de Ouro Preto sobre o 15 de novembro e do Barão de Lucena, sobre o golpe de Estado de 23 de novembro. O jornalista refundiu o que escreveu, aproveitando o material das polémicas, acrescentando novos elementos.

Em 1939, surge o primeiro volume da **História do Império, O Primeiro Reinado** e em 1946 o segundo. A obra ficou incompleta. No quadro da nossa bibliografia histórica o trabalho de Tobias Monteiro tem de ser realçado pelo vigor do estilo, pela ligação entre os fatos e os raciocínios. Outras obras terão maior erudição, algumas primarão pela abundância na colheita, nenhuma apresenta, a meu ver, conjunto mais harmonioso. Alvaro Lins e Sérgio Buarque de Holanda, no **Roteiro Literário do Brasil e Portugal**, sintetizam bem essa impressão: "Longe de ser um frio narrador, vive com os tipos e acontecimentos que estuda, como-ve-se e comove".

Capistrano de Abreu, que não primou pela condescendência, aludindo a Varnhagem e Oliveira Lima, diz que Tobias Monteiro é mais inteligente de que qualquer dos dois e em relação aos documentos que o historiador conseguiu reunir, à custa de muito esforço e dinheiro, comenta: "Tem pelos documentos uma reserva e uma cautela absolutas. Aproveita-os, cita-os, há de publicá-los mais tarde; explora as jóias por trás da vitrina". Já Ranke afirmava que "a história não começa senão onde os monumentos a tornam inteligíveis e onde existam documentos dignos de fé". O autor seguiu à risca os preceitos e sua obra destrói lendas, como a de Ratcliff e Cochrane e repõe a verdade no seu devido alcance.

Não o faz propositadamente; as suas observações e assertivas refulgem em face de documentos incontestados. Um dos pontos mais salientes da obra é a apreciação da figura de Carlota Joaquina, recomposta com imparcialidade, embora a criatura não inspirasse simpatia.

O senso de exatidão levou o autor a sacrificar os seus sentimentos de homem do Nordeste em relação a Frei Caneca. A pesquisa teve efeitos dolorosos, mas a idoneidade do historiador fica a salvo de reprimendas.

Com Rodolfo Garcia (1873-1950) ocorre uma situação singular — a de um escritor que atingiu rapidamente a notoriedade sem haver publicado uma obra substancial em qualquer gênero. Mas as notas a livros de estréia ou a reedições de trabalhos capitais para a nossa história revestiram-se desde logo de tal autoridade que captaram a confiança e o aprêço dos entendidos. Realmente, elas constituem valiosa contribuição às nossas letras históricas.

Rodolfo Garcia, já em plena maturidade, passou a se interessar pela história. A política, com seus fluxos e refluxos, propiciou essa situação tão salutar à elucidação de vários problemas históricos. Nunca exerceu ele atividade política. Retraído e avesso às seduções do mundo oficial, sempre mourejou entre as ocupações de professor e os deveres da modesta função pública que exercia. Mas a altivez do seu caráter, manifestada continuamente, sem estrépitos, levou-o a sair de Pernambuco em demanda do Rio de Janeiro. Foi uma sorte para ele: e um benefício à cultura nacional. O desempenho de funções no Instituto Histórico aproximou-o de Capistrano de Abreu, de quem passou a ser auxiliar constante. Mesmo em relação ao discípulo, o notável historiador não o nouou na observação ferina: "inteligente, instruído, mas não dispensa censor, porque às vezes dispara".

O seu primeiro trabalho publicado foi o "Dicionário de Brasi-

leirismos" (1915). Depois um ensaio bibliográfico sobre Varnhagem. São inúmeras suas notas e livros, que tanto enriqueceram a nossa história: notas à obra de Fernão Cardim, do padre Manoel da Nóbrega, de Maria Graham, de Santos Marrocos, de Basílio da Gama, do cônego São Pedro Gay, de Alexandre Ferreira, do Barão de Rio Branco. As mais substanciosas são as contidas na reedição da *História Geral do Brasil* do visconde de Porto Seguro. Não exagerou o comentador que equiparou as notas ao livro que lhes serviu de moldura. Os "Anais da Biblioteca Nacional", que ele dirigiu por tanto tempo, ocupam lugar importante na sua bibliografia.

Não quero omitir um dos seus últimos trabalhos — "As órfãs", palestra realizada no Instituto Histórico, primor de observação acerca de um assunto banal.

Rodolfo Garcia encontrou no seu sucessor nesta Casa, o Sr. Elmano Cardim, um analista consciencioso, e seguro de sua obra. Todos quantos quiserem conhecer a sua vida e trajetória mental, encontrarão no discurso de recepção do antigo diretor do "Jornal de Comércio" saboroso manancial.

Uma das provas do valor de Rodolfo Garcia é a ascendência incontestável que exerceu em assuntos históricos sobre muitos dos seus contemporâneos. Modesto, retraído, aos seus conselhos e aos seus ensinamentos recorria-se na elucidação da verdade histórica. A evocação da pequena assembléia, que todas as tardes se reunia no seu gabinete da Biblioteca Pública, traduz admiração e aprêço, tanto mais edificantes quanto envolviam uma personalidade fora do fastígio social e político.

Vários brasileiros mortos devem ser incluídos nesta resenha: Felisbello Freire, com a *História de Sergipe* (1891), obra clássica e até hoje sem similar e outros trabalhos, dentre os quais avulta a *"História Territorial do Brasil"* (1910), abrangendo Bahia, Sergipe e Espírito Santo; primeiro volume de

uma série que não teve continuação; Braz do Amaral, com os seus documentados estudos sobre a história da Bahia; Alfredo Varela, com a "História dos Farrapos" em vários volumes, obra de considerável interesse histórico e social; Henrique Boiteux, com trabalhos valiosos relativos a Santa Catarina; Xavier Marques, com o "Ensaio histórico sobre a Independência"; Barbosa Lima, com o magistral trabalho sobre a Revolução pernambucana de 1817; Alfredo Ellis Junior, com a vultosa e importante bibliografia, sobressaindo o Bandeirismo paulista e o recuo meridiano, Os primeiros troncos paulistas, Raposo Tavares e sua época, Feijó e a primeira metade do século XIX; Alberto Lamego, com o importante trabalho "A terra Coytacá", em sete volumes, classificado pelo Sr. Honório Rodrigues de "trabalho de extraordinária significação". João Pinto da Silva com a "História de São Pedro do Rio Grande"; Basílio de Magalhães, com "Lições de História do Brasil e a Revolução de 1824 em Pernambuco", além de várias anotações a obras de Varnhagem, Barão do Rio Branco e Henrique Handellmann; Lindolfo Collor, com Garibaldi e "A Guerra dos Farrapos", João Peretti, com "Barleus e outros ensaios, Novos ensaios, O movimento praeire"; Washington Luiz com a valiosa obra póstuma "A Capitania de São Vicente"; Max Fleiuss, com variada e considerável contribuição.

Volvamos agora as vistas para os historiadores vivos. Temeridade, a que me afoito, confiante na benevolência dos que me ouvem ou dos que me lerem.

Apesar do exercício honroso da atividade política, o Sr. Augusto Tavares de Lyra concentrou maior atenção na história de sua terra natal. A questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, foi o início de sua incursão nos domínios da história. Mais tarde publicou a História do Rio Grande do Norte (1921). Membro do Instituto Histórico, não houve empreendi-

mento cultural dessa grande instituição a que ele não prestasse sua colaboração. No Primeiro Congresso de História Nacional, em 1913, apresentou interessante tese sobre Domínio holandês no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte. A matéria é versada em vários autores, mas a contribuição do Sr. Tavares de Lyra é importante, não só pela unidade nas pesquisas, como pela preocupação de que na retificação de fatos históricos não lhe fôsse irrogada a increpação de bairrismo.

Memorialista exímio, inscrevem-se no seu acervo estudos sobre o Centenário do Senado do Império (1926); o Conselho de Estado (1934); Caxias, Presidente do Conselho de Ministros (1936); o Primeiro Senado da República (1938); Prefácio a autobiografia de Tito Franco (1942); Os ministros de Estado da Independência à República.

A sobriedade do estilo do Sr. Tavares de Lyra não oculta o seu labor. A preleção por ele proferida na sessão do Instituto Histórico, em 1922, comemorativa da primeira reunião dos Procuradores-Gerais das Províncias, é síntese valiosa dos problemas da Independência.

Um dos nossos mais ilustres historiadores é sem favor o Sr. Alfredo Valadão, que, aos oitenta e cinco anos de sua idade, ainda se dedica a esses estudos e em artigos no Jornal do Comércio e em conferências no Instituto Histórico dá mostras de surpreendente infatigabilidade.

O primeiro trabalho do Sr. Alfredo Valadão foi Campanha da Princesa (1912), que lhe valeu a admissão no Instituto Histórico, escôrcio de obra de maior vulto, a atestar a sua pertinácia na pesquisa.

No primeiro Congresso de História Nacional apresentou a tese A tentativa do golpe de Estado em 1832. A Constituição de Povo Alegre. A este trabalho reuniu outros, na coletânea Da aclamação à maioridade, 1822-1840, publicada em

1934. O trato com as coisas jurídicas fortalece o discernimento do historiador, ao interpretar os móveis e tendências dos acontecimentos políticos que serviram de tema aos comentários.

Campanha da Princesa passou do estado embrionário de 1921 à pujança dos quatro volumes, aparecidos, sucessivamente em 1931, em 1940, 1942, 1945. São volumes de duzentas e seicentas páginas cada um. Toda a história econômica, desde os seus primórdios, toda história social, política e cultural da região é vivida pela pena do historiador. O que a obra representa de esforço, pela complexidade da matéria nela contida, bastaria para sagrar o seu autor.

Um dos títulos de nobreza de seu pensamento é o culto das figuras que engrandecem o nosso passado.

Em *Vultos nacionais* (1955), ele reuniu trabalhos esparsos e vemos esculpidos no livro vultos como Bernardo de Vasconcelos, Euzébio de Queirós, Visconde de Ouro Preto, Afonso Pena, Joaquim Nabuco.

Com o Sr. Luiz Edmundo entramos em terreno diverso do até aqui percorrido. Nada de considerações doutrinárias, nada de conjecturas ou de interpretação dos acontecimentos. É a narração de fatos e a evocação de pessoas, em estilo ameno, sugestivo e atraente. Representa ele na nossa época atormentada o remanescente de uma geração que se embebeu nas graças do viver e refletiu nos livros esse estado de espírito. Não se poderá dizer que constituía este um fator de dispersão. Ao contrário, estabelece o elo espiritual entre o passado, do qual procura extrair o que nele existiu de jovial, e o presente, que o escritor não reveste de negros e desalentos.

O Rio de Janeiro é o cenário dos quadros do Sr. Luiz Edmundo. Antes dele, Vieira Fazenda, Felisberto Freire, Noronha Santos tinham debuxado a vida colonial da metrópole. Mas eram os exumadores dos documentos, pacientes artesãos da reconstituição de um pe-

ríodo cheio de contraste. O Sr. Luiz Edmundo coloriu o que os outros apresentavam sem adornos e arabescos. A extensão da obra indica o esforço do narrador. O *Rio de Janeiro do meu tempo*, três volumes; *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*, três volumes; *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 5 volumes. Não contente com a construção, o autor aumentou-lhe o gabarito, com *Recordações do Rio Antigo*.

Bem compreendeu ele que a sua obra não poderia ser acessível à grande maioria dos leitores. A *Petua história do Rio de Janeiro* serve de guia aos que tenham interesse em conhecer os períodos da existência da metrópole.

No belo discurso com que o recebeu nesta Academia, o Sr. Viriato Corrêa insurge-se contra a insinuação, que qualifica de malévol, de existirem nos livros de história de Luiz Edmundo jarras de xenofobia. Realmente não são elas evidentes. Mas, afigura-se-me indiscutível que o Sr. Luiz Edmundo deixa transparecer em toda sua produção acentuado espírito de prevenção contra os que colonizaram o Brasil. Esse espírito não dimana de móveis antípodas, ao que o autor considera o sentido da verdade. Não há nele nada de fingido, ou de forçado. Espontâneo, destemeroso, como é o temperamento do escritor. E para resguardar de sua boa-fé, é de justiça registrar que não há assertiva sua na narração de fatos que não seja acompanhada de depoimentos.

No Sr. José Carlos de Macedo Soares vamos encontrar um autor sério, probidoso, exato. Além de vários trabalhos esparsos sobre temas históricos, publicou em 1929 os *Falset Troféus de Ituaingó* e mais tarde, em 1954, as *Fontes da História da Igreja Católica no Brasil*, obra de cuidadosa e paciente pesquisa.

Luiz Madelin, ao receber Léon Bérard, na Academia Francesa, lembrou a frase que o recipiendário proferira em conjuntura grave na vida das instituições francesas, frase tomada de empréstimo à litur-

gia cristã. Nossas obras nos seguem! O Sr. José Carlos de Macedo Soares, historiógrafo sensato, é o mesmo artífice da paz continental, preenchendo mais uma etapa de sua carreira de homem de Estado com a dignidade que a virtude inspira e fortalece.

O Sr. Gustavo Barroso que, em plena mocidade, havia conquistado a atenção dos meios literários com a sua fulgurante *Terra de Sol* (1912), encaminhou o espírito para os estudos históricos, e a sua contribuição vai de biografias um tanto romaneadas como *O sólio*, o *Centauro das Pampas* (1932) e *Tamandaré*, o *Nelson Brasileiro* (1939), da explanação de assuntos militares, como *Tradições Militares* (1918) e as *Guerras* (de 1928 e 1930) até alcançar a história geral com a *História Secreta do Brasil*, em três volumes (1937 e 1938). O terceiro volume vai da maioridade de Pedro II à proclamação da República. O autor anunciou o quarto volume, que iria da proclamação da República à revolução de 1930.

Nas palavras iniciais da obra, o autor considera que a "história não é propriamente uma ciência, é uma arte". Com este pensamento primordial, declara que vai "empreender no ensaio a história deletéria e dissolvente das forças ocultas". A tarefa não era fácil e a própria casa editora confessa que o escritor do livro "chega a conclusões discutíveis". Não há despreço para autor em salientar que a obra se reveste de caráter polemístico, o que se pode atribuir à época da aparição do livro, em que o autor se afervorava na pregação de novos rumos para os destinos pátrios.

A colaboração constante do Sr. Gustavo Barroso em revistas e jornais sobre assuntos históricos mostra que não arrefeceram a sua capacidade de trabalho e o seu interesse pela história nacional.

O Sr. Luiz da Câmara Cascudo, espírito penetrado de alta curiosidade intelectual e sugestivo sentido humano, tem um nome indelévelmente gravado no estudo do

folclore. O seu acervo abrange também a história com a "*História do Rio Grande do Norte*" e os livros sobre o Conde d'Eu e Marquês de Olinda.

O Sr. Câmara Cascudo é um dos laureados com o prêmio Machado de Assis, prova do desmentido ao conceito corrente de que a Metrópole desconhece os obreiros das letras na província.

Ei-nos em face do Sr. Pedro Calmon. Reverberos, faiscas, iluminuras! Os arroubos do seu estilo, que transcendem por vezes do sentido histórico, correspondem à magia da sua oratória. A mesma fluência, espontânea e envolvente. Os mesmos filtros de atração e enlévo.

Não atinge êle à atuação do historiador de que falava Léon Berard, ao ser recebido na Academia Francesa, e a quem o Eterno Deus de Israel colocava diante de um ossuário, para que realizasse profecias. Acrescentou então o erudito humanista: "o historiador profeta é aquele que ressuscita o passado porque é um escritor". O Sr. Pedro Calmon não se vale dos atributos na arte de escrever para fazer profecias, mas ninguém o supera em torções de espírito, dos quais a imaginação não está ausente.

Ele mesmo distribui a sua bibliografia em duas partes distintas: literatura histórica e história. Na segunda se inserem a "*História da Independência do Brasil*" (1928), a "*História do Brasil*", em três volumes, respectivamente, de 1940, 1941 e 1943. Os baianos — honra lhes seja feita — cultivam o amor externo da terra natal. A Bahia para o Sr. Pedro Calmon, seguindo as pegadas do insigne Afrânio Peixoto, é a "Roma nossa, com cem cruzeiros de largos braços abertos na poeira d'ouro dos seus crepúsculos; Belhem da nacionalidade, onde o fulgúrio do Natal, a manjedoura brasileira se banhou uma noite com o clarão bendito da estrela que guiava os reis e para lá os conduziu". A Bahia serviu de tema para a "*História das Bandeiras*

Baianas" (1929) e para a "História da Casa da Torre" (1940).

Na parte literária, avultam o "Rei do Brasil", o "Rei Cavaleiro" e o "Rei Filósofo" (entre 1935 e 1940). O autor estereotipou a trindade monárquica: "o quieto e esperto avô; o filho trêfego e aventureiro de cáldia vocação heróica; o neto sábio e um dos mais serenos e nobres espíritos do seu século". E para não falhar a nota imaginativa — "Guiados pela sua estrêla, que os trouxe e levou da América, passaram outrora os reis magos. Foram três!"

O livro sobre o "Rei Cavaleiro" termina com esta nota, relativa aos funerais de Pedro I: "Talves único na História, Antônio Feliciano de Castilho, seguramente o maior, afirmava Alexandre Herculano, alteando sobre as cabeças desenhadas a fronte rebelde e livre".

A orientação romanesca do historiador reponta igualmente na "História do Brasil na poesia do povo" (1934), que assim remata as interessantes considerações do livro: — "O chapéu de couro do cantador projetava a enorme sombra sobre o mapa da Pátria".

Há a mencionar ainda na bibliografia do Sr. Pedro Calmon o Marquês de Abrantes (1933), por ele cognominado "O Mordomo de Deus".

A história pátria ainda vai dever ao autor de tantos trabalhos uma obra vultosa: A História do Brasil, em dez volumes, a ser lançada pelo editor José Olímpio, que tão relevantes serviços vem prestando à cultura nacional.

Entre os vários gêneros de atividade do Sr. Barbosa Lima Sobrinho, os assuntos históricos são de incontestável valia. A todos soube ele imprimir o cunho de austeridade, de limpidez de pensamento, de denodo mental, característicos da sua personalidade literária.

O rio S. Francisco, nos diversos aspectos com que se apresenta no panorama nacional, constitui um dos seus temas. O livro Pernambuco e S. Francisco (1929) é lapidar. Não representa apenas uma

contribuição geográfica de alcance. É o estudo pormenorizado da matéria, dos seus contornos históricos às lindes jurídicas. De certo o ânimo nativista influíu o escritor na reivindicação que pleiteia, mas não há ponto, já versado ou obscuro, que ele não retifique ou esclareça.

O seu espírito de minúcia e de exatidão revela-se ainda no Ensaio sobre o devassamento do Piauí (1929), tese para o concurso de História do Brasil na Escola Normal do Distrito Federal.

Já é proverbial o amor da réplica no Sr. Barbosa Lima Sobrinho. Disto é prova a contestação ao Sr. Pedro Calmon, na rumorosa questão Bahia e São Francisco.

A revolução de 1930 encontrou nele um historiador compreensivo, sereno, isento de paixões subalternas. O livro "A verdade sobre a revolução de outubro" apareceu em 1933, logo após a epopéia de São Paulo. Não era fácil escrever sem malquerenças, mas o escritor pode orgulhar-se de ter vencido tôdas as dificuldades da tarefa com ombridade mental. Getúlio Vargas, cujo nome só pode ser proferido nesta Academia envolto em profundo respeito e comovido aprêço, era parcimonioso em exprimir suas impressões; mas sabem os que com ele privavam mais de perto que aquêlê livro fixou-se definitivamente no seu espírito.

Outros trabalhos esparsos cimentam a bibliografia histórica do Senhor Barbosa Lima Sobrinho: "O Centenário da chegada de Nassau e o sentido das comemorações pernambucanas" (1936); "A revolução praieira", conferência proferida em 1949; "Capistrano de Abreu historiador" (1954).

Na coleção Afrânio Peixoto figura o ensaio biobibliográfico "Almirante Jaceguay", em que o autor mais uma vez revela a sua independência de opinião, rebatendo injustiças e desfazendo equívocos.

O Sr. Otávio Tarquínio de Souza iniciou-se nos estudos históricos

com "A mentalidade da Constituição" (1931).

Embora desde logo revelasse aptidão de escritor, não deu a medida de sua orientação ao defrontar problemas deste gênero. O esboço prenunciava a extensão da obra a realizar. Foi com **Bernardo de Vasconcellos e seu tempo** (1937) que passou a estadar na primeira plana dos historiadores pátrios. A individualidade forte do homem de Estado encontrou biógrafo adequado. Um escritor de imaginação poderia cercar a figura do combatente de uma auréola que o tornava lendário, mas desfiguraria a linha rígida do personagem. O Sr. Otávio Tarquínio soube compor o quadro do tempo em que se desenvolveu a ação do famoso mineiro com as tintas da verdade sem artificios. Depois **Bernardo de Vasconcellos** **Evristo da Veiga** (1939).

Conhecem-se as divergências entre os escritores sobre o critério de situar a biografia entre os elementos de elucidação histórica. Collingwood e Arom, por exemplo, encaram-na como um gênero anti — ou an — histórico. Já Dilthey, de autoridade universal, considera-a como o gênero histórico por excelência, "compreendendo-a como uma visão de toda uma época ou mesmo uma civilização, apreendida nos maiores de seus filhos". E Dilthey alicerça a sua obra em biografias, de Schleiermacher a Hegel.

Ainda em 1939 aparece a "História de dois Golpes de Estado" — Sempre fiel às regras de conexão entre fatos históricos, o escritor havia resolvido completar o tríptico dos homens da Regência. Surge então **Feijó** (1942). A unidade dessa obra marca a elevação do seu autor. Nem o romantismo histórico, com as deformações inevitáveis desse processo de construção, nem o relato frio dos acontecimentos, sem que a percuciação do analista encontre terreno propício. A interdependência entre o meio e as figuras centrais é manifestada com vigor e precisão geométricos.

Não poderia ficar aqui a tarefa do historiador. A época inicial de

nossa vida de nação autônoma seduziu o escritor. Essa atenção desvelada pelo passado corporificou-se na obra magistral que é "**A vida de Pedro I**", em três volumes (1952). A figura do nosso primeiro imperador era de molde a animar o escritor; poderia parecer que a austeridade dos processos literários do Sr. Otávio Tarquínio havia de embarçar-lo ao ter de examinar certos aspectos da vida de Pedro I. A intuição do historiador venceu os óbices e o que se afiguraria defeso à índole do escritor aparece de modo tão circunspecto que as aventuras, os destemperos, a sofreguidão do jovem monarca perdem do seu caráter, mesmo do caráter pecaminoso. "**A vida de Pedro I**" pode figurar entre as biografias mais seguras que o pensamento dos homens edificou para a posteridade.

O Sr. Otávio Tarquínio não des-cansa. Trabalha éle na **História dos Fundadores do Império do Brasil** e recentemente publicou a Introdução a esse trabalho. Intróito excelente, síntese das idéias primárias do assunto. Uma das virtudes literárias do escritor é que éle não força o estilo. Este sai-lhe espontâneo, mesmo vivaz.

O primeiro marco da carreira literária do Sr. Luiz Viana Filho é "**A Sabinada**" (1938). Revelaram-se desde logo as qualidades do historiador: clareza de expressão, nitidez de conceitos, utilização idônea dos documentos, isenção no julgamento.

Mais tarde surgiu "**A vida de Ruy Barbosa**" (1941). A obra suscitou reparos. Alguns não compreenderam que o jovem escritor baiano não se mantivesse em relação ao maior de seus conferrâneos em atitude apologética. Procurou-se criar em redor de Ruy Barbosa, por parte de alguns idólatras, a sua intangibilidade, o que não serve à história nem contribui para a glória imorredoura de um dos maiores representantes do pensamento universal. Nem o desaprêço inqualificável de capistrano de Abreu nem o tom incondicional da apoteose. O

Sr. Luiz Viana Filho voltou a tratar de Ruy, no volume de ensaios "**Ruy e Nabuco**" (1949).

Joaquim Nabuco inspirou ao historiador uma obra capital **A vida de Joaquim Nabuco**. O trabalho tem maior amplitude que os anteriores e não houve recanto da alma ou recesso do pensamento que o autor não procurasse penetrar em busca da verdade.

Primor de exposição de idéias é de certo **A verdade na biografia** (1915).

Deixando de lado o caráter polemico do trabalho, há a ressaltar nêle a rigorosa e erudita conceituação doutrinária sobre o assunto.

O Sr. Luiz Viana Filho trabalha atualmente num livro sobre a vida do Barão do Rio Branco, que de certo guardará a mesma linha de exatidão e probidade.

A República tem de ser tema propício a ensaios e interpretações. É natural que a implantação do novo regime fôsse objeto de análise e meditação. Felisbello Freire editou a **História Constitucional da República**; trata-se, porém de obras mais de constitucionalista. A **Década Republicana**, em vários volumes, embora nela colaborem vultos dos mais conspícuos, não pode servir de roteiro, pela paixão que a anima.

Dos trabalhos propriamente históricos relativos às instituições republicanas, há a salientar desde logo a **História da República**, do Sr. José Maria Bello, da qual se prepara a quarta edição. A terceira edição (1956) já compreende o período de 1945 a 1954. Sem excesso documentário, adotando métodos adequados de coordenação dos fatos sem redundância nem exageros, é bem como o próprio autor o qualifica, a "síntese de sessenta e cinco anos da vida brasileira".

A isenção do escritor é incontestável. Político militante, governador de Pernambuco, impedido de assumir o cargo pelo movimento revolucionário de 1930, a derrota

não lhe toldou o espírito. O capítulo relativo ao período Getúlio Vargas constitui modelo de serenidade no julgamento.

Encanta também no livro do Senhor José Maria Bello a limpidez do estilo. O autor de **Inteligência do Brasil** e de **Retrato de Eça de Queiroz** é sempre o mesmo; elegante, sem se tornar enfatuado; vernáculo, sem se tornar precioso.

A par desta, há a ressaltar a contribuição de outros escritores: Dunshee de Abranches, com **Atas e atos do Governo Provisório e Golpe de Estado de 1891**; o Sr. João Mangabeira, com o seu notável **Rui, estadista da República**; o Sr. Alvaro Lins, com o excelente livro sobre o Barão do Rio Branco; Sr. Hélio Lôbo, com **Um varão da República**, Fernando Lôbo; o Sr. Gontijo de Carvalho, animador incansável das letras e tradições nacionais, com a série de três trabalhos, inteligentes e conscienciosos, **Vultos da República, Estadistas da República, Ensaios biográficos**; Salles Júnior com o vibrante estudo **Idealismo republicano de Campos Salles**; D. Laurita Pessoa Raia Gabaglia, com o tocante **Epitácio Pessoa**, e por último, o Sr. Raimundo Magalhães Junior, com o **Deodoro**, opulento nas informações, alvareiro em certos detalhes e com sortilégio de revelações.

Não é possível escrever sobre a história do regime republicano sem o subsídio do livro do Sr. Afonso Arinos de Melo Franco, em três volumes, **Um estadista da República**, Afrânio de Mello Franco e seu tempo (1955). Essa obra exerce função paralela à de Joaquim Nabuco com **Um estadista do Império**. Foram ambas ditadas pelo amor filial; coroa-as, porém, imarcessivelmente, o apêço da opinião. O Sr. Afonso Arinos mostrou que se pode ser fiel à memória do biografado, sem deixar amortecer a verdade dos fatos, corajosamente exposta e lucidamente interpretada.

Não quero encerrar esta parte da lição sem mencionar um trabalho, e o faço, com o objetivo de

atrair a atenção das novas gerações e porque nêle se contêm as primícias de escritores que exercem hoje situações de fastígio nas letras. Trata-se do inquérito por escritores da geração nascida com a República e reunidos em volume sob o título *A margem da história da República*, editado em 1924 pelo Anuário do Brasil. Nêle se inserem trabalhos, entre outros, dos Srs. Gilberto Amado, Tristão de Ataíde, Carneiro Leão, Tasso da Silveira, Pontes de Miranda e dos malogrados Ronald de Carvalho e Vicente Licínio Cardoso.

Seria injusto omitir nesta recapitulação de autores o valioso contingente prestado por escritores estrangeiros à História do Brasil, continuando a tradição dos que trilharam no século XIX essa senda tão grata aos nossos sentimentos. Devo salientar sobretudo a obra monumental do Padre Serafim Leite (*A História da Companhia de Jesus no Brasil*) (1938-1950), em dez alentados volumes e o Sr. Jaime Cortezão, que agora mesmo acaba de enriquecer a nossa galeiria de obras históricas com *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*.

Outras personalidades contemporâneas dão o seu contingente ao lustre das nossas letras históricas.

Embora correndo o risco de omissões, aprez-me citar, sem atenção à ordem cronológica e sem o propósito de aferir merecimentos, os Srs. Mário Melo, com *Maçonaria e a Revolução de 1817 dentro da história*, Frei Caneca e *Aspectos da história*; Carlos Xavier, com trabalhos esparsos, denotando pesquisas e erudição; Heitor Lira, com a *História de D. Pedro II*, em três compactos volumes, revelando cuidadoso escrúpulo e seguro atilamento na utilização do grande documentário de que procurou servir-se; Lemos Brito, com *Frei Caneca*, escrito em estilo terso; Viriato Corrêa, em crônicas revestidas de vivacidade e graça; Aureliano Leite, com *Antônio de Albuquerque* e outros trabalhos; Leite Cordeiro, com extensa bibliografia, da qual se devem destacar S. Paulo e a invasão holande-

sa no Brasil e Braz Cubas e a capitania de S. Vicente; Artur César Ferreira Reis, com a *História do Amazonas*; Virgílio Corrêa, com a *História de Mato Grosso*; Vanderley Pinho, com *Cotegipe e seu tempo* e a *História do recôncavo baiano*; Edmundo Luz Pinto, fulgurante espírito, com *Estadistas do Império*; Vilhena de Moraes, com a sua contribuição decisiva para o estudo da figura de Caxias; Cláudio Gans, de alta probidade mental, com a nota à autobiografia de Mauá e recentemente com as notas à edição espanhola do *Roteiro Geral das estradas do Brasil*, de Gabriel Soares; José Honório Rodrigues, com a *Pesquisa histórica no Brasil*; a introdução da *Correspondência*, de Capistrano de Abreu e o brilhante ensaio *Teoria da História do Brasil*; Walter Spalding com a *Revolução Farrapilha*; José Antônio Gonçalves de Melo Neto, com o *Tempo dos flamenegos*, obra de caráter mais sociológico, contendo, entretanto, notas especificamente históricas, de modo a constituir um dos estudos dos mais valiosos sobre a matéria; Paulo Pinheiro Chagas, com o *Teófilo Ottoni*, de grande poder evocativo; Hélio Viana, com *Matias de Albuquerque e da maioridade à conciliação*; Osvaldo Cabral, com as pesquisas sobre a história de Santa Catarina; Guilherme Auler, com a reconstituição da época da monarquia, pelas reminiscências documentadas sobre a família e a corte imperiais, Américo Lacombe, Aluísio Napoleão, Renato Mendonça, com o *Barão de Penedo*, no qual ressurgem intensamente a questão religiosa; Rodrigo Otávio Filho, com brilhantes estudos sobre a Constituição de 1823, *O panorama político da Guerra dos Farrapos*, *O Ato Adicional*, *Figuras do Império e da República*; Mecnas Dourado, com *Hipólito da Costa*; Sérgio Corrêa da Costa, com *Quatro Coroas de Pedro I*, excelente trabalho, em que o cuidado da forma alterna com o valor da documentação apresentada; Carlos Rizini, com *Hipólito da Costa*.

A história sai deste curso intacta, nos seus fundamentos e na sua pro-

jeção. Pouco importa que a depriamam. O vêzo é antigo. Já Renan escarnecia "dessa pequenas ciências conjecturais".

Conheceis a frase célebre de Paul Valéry: "a história é o produto mais perigoso que a química do intelecto elaborou". Ao recebê-lo na Academia Francesa, Gabriel Hontaux, historiador de verdade, recordou-lhe a invectiva e redarguiu: "A História é a memória das gerações. Foi a História que construiu a civilização. Não se pode conceber a inteligência sem a memória nem a continuidade social sem a História".

Aos iconoclastas da história o juízo contemporâneo responde com o aprêço aos seus devotados obreiros e o interesse cada vez mais crescente, a afirmar-se em livros, conferências e congressos.

Os historiadores, que desfilaram perante vós, vivificaram o sentido da pátria soberana e ativa e realizaram obra de unidade nacional, fazendo da história o ponto de encontro desses vários fatores que cimentaram a nacionalidade, com o relêvo da varonilidade de nossa gente e o preparo para a ascensão a um grande porvir.



A M A N

Acabamos de receber do Cap Lemos Albuquerque a inscrição de vinte oficiais da AMAN. Com a relação de cadetes, que será em breve enviada, pensamos ter, em Rezende, mais de 200 assinantes.



O ESPÍRITO MILITAR

"O espírito militar, que se baseia em dois princípios essenciais — obedecer e tudo sacrificar pelo interesse da Pátria, — contrapõe-se francamente ao senso jurídico, que é pelo livre exame e exige, sejam quais forem as consequências, absoluto respeito por todos e a todas as formas de justiça. Para quem raciocina na quietude do gabinete de trabalho, um país civilizado deve repelir qualquer doutrina, que, pondo de parte as regras jurídicas, entrega ao arbítrio do chefe militar a liberdade e a vida dos cidadãos. Quem viu, porém, de perto as necessidades da guerra e tremeu, as vezes, por seu país, compreende que há circunstâncias em que é preciso, para evitar a suprema catástrofe, impressionar por terrível exemplo o espírito do Exército e impressionar imediatamente, sem perda de um minuto, sem se preocupar com qualquer regra de proceder. Em uma unidade que se recusa a avançar, fuzilar um homem em dez é um meio de repressão, que só em pensar revolta-nos e enche de horror os nossos corações. Mas se só essa medida bárbara for capaz de evitar o desfalecimento geral, ter-se-á o direito de atender à repugnância e aos próprios escrúpulos? Deve ou não a salvação da Pátria passar por cima dos Códigos e até da Própria Moral?"

(De Philosophie Militaire, de André Roujon — 1932).

PRODUÇÃO MUNDIAL DE OURO

O relatório anual sobre metais preciosos de Samuel Montagu & Company calcula que a produção mundial de ouro, excluindo a Rússia aumentou cerca de 800.000 onças em 1958 para cerca de 30.200.000 onças.

A produção da África do Sul subiu 635.000 onças para o recorde de 58,5 por cento do total mundial.

As estimativas da produção soviética sugerem que foi mais ou menos a mesma que em 1957, quando Samuel Montagu colocou-a perto dos 17 milhões de onças da África do Sul.

A revista acrescenta os seguintes pontos: O movimento em Londres declinou cerca de 25 por cento, pois os Bancos Centrais fizeram menos negócios.

A ausência de compras para ajustes da União Européia de Pagamentos não foi completamente compensada por transferências por alguns Bancos Centrais de disponibilidades em dólar para ouro.

O Banco da Inglaterra permaneceu o maior vendedor, por grande margem. Suas vendas, presumivelmente sobretudo de ouro sul-africano, foram apenas ligeiramente menores que em 1957.

As vendas soviéticas, embora menores que em 1957, foram cerca de 6 milhões de onças. Foram feitas, na maioria, através da Suíça.

Os estoques particulares em todo o mundo declinaram novamente de cerca de 7.500.000 onças para cerca de 4 milhões, porém, as inversões em ouro por indivíduos, instituições e mesmo por alguns governos estrangeiros, subiram de cerca de 1.500.000 onças para cerca de 8 milhões, comprados principalmente na Suíça, Londres e Canadá.

A possibilidade de um preço mais alto em dólar para o ouro foi novamente discutida. Os argumentos para um preço mais alto tiveram fraca acolhida nos EE.UU.

Há outros meios para estimular uma economia ou aumentar a liquidez mundial, porém, isso não elimina necessariamente a possibilidade de que a transferência do dólar para o ouro possa forçar as mãos das autoridades americanas.

Nesse caso uma proibição de vendas de ouro, sugerida em julho último pelo antigo Secretário do Tesouro Humphrey, em subir de modo acentuado o preço em dólar do ouro dos EE.UU.

As importações em Macau declinaram para 1.326.000 onças, o mais baixo nível em 5 anos.

Os inversionistas franceses colocaram cerca de 4 1/2 milhões de onças de ouro no empréstimo de Pinay em junho último.